



BOLSA FAMÍLIA: O impacto da transferência de renda para famílias da cidade de Eirunepé-AM

FAMILY FELLOWSHIP: The impact of income transfer for families in the city of Eirunepé-AM

Arthur Neto Pinheiro da Silva – Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Eirunepé –
Amazonas – Brasil
arthurneto_ps@hotmail.com

Alex Almeida Coelho - Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Porto Velho – Rondônia –
Brasil
alexfonteboa@gmail.com

RESUMO

O presente estudo faz uma análise do impacto da transferência condicionada de renda a famílias inseridas no Programa Bolsa Família, na cidade de Eirunepé-AM. O recorte correspondeu a um total de 5% de famílias atendidas pelo Programa em cada bairro da cidade. A análise tem caráter quantitativo e qualitativo. Realizamos uma caracterização socioeconômica das famílias, com questões relacionadas às principais fontes de renda, despesas, atividades produtivas e rendimentos. Além disso, realizamos também uma descrição da distribuição de famílias beneficiárias da cidade. A análise qualitativa descreve a importância do Bolsa Família na percepção dos próprios beneficiários. Nossos dados indicam que o valor monetário do Programa é empregado para aquisição de itens do rancho, sendo gasto também com os filhos, garantindo ainda poder de compra e crédito através da posse de uma renda mensal contínua. Compreendemos que, em Eirunepé, o Bolsa Família se constitui como elemento essencial na manutenção das necessidades básicas de famílias pobres e extremamente pobres da cidade. Entendemos que a garantia de renda mensal é estruturadora de novas relações socioeconômicas das famílias estudadas, especialmente no se refere a poder de compra, geração de crédito no mercado e autonomia das famílias.

Palavras-chave: Programa de transferência de renda. Perfil socioeconômico. Rendimentos e Despesas. Eirunepé-AM.

ABSTRACT

The present study analyzes the impact of conditional cash transfers to families included in the Bolsa Família Program in the city of Eirunepé-AM. The cut corresponded to a total of 5% of families served by the program in each neighborhood of the city. The analysis is quantitative and qualitative. We conducted a socioeconomic characterization of the families, with questions related to the main sources of income, expenses, productive activities and income. We also provide a description of the distribution of beneficiary families in the city. The qualitative analysis describes the importance of Bolsa Família in the perception of the beneficiaries themselves. Our data indicate that the monetary value of the program is used to purchase items from the ranch, it is also spent on the children, they also guarantee purchasing power and credit through the possession of a continuous monthly benefit income. We understand that, in Eirunepé, Bolsa Família constitutes an essential element in maintaining the basic needs of poor and extremely poor families in the city, we understand that the guarantee of monthly income is a structuring factor of new socioeconomic



relations of the studied families, especially with regard to purchasing power, generation of credit in the market and family autonomy.

Keywords: Income transfer program. Socioeconomic profile. Income and Expenses. Eirunepé-AM.

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma análise do perfil de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), na cidade de Eirunepé, estado do Amazonas. Busca fazer uma descrição do impacto do Programa na dinâmica econômica de famílias de baixa renda da cidade, uma vez que ele dá assistência, através de renda condicionada, a famílias em vulnerabilidade econômica, de acordo com os padrões e normas estabelecidas na legislação (Lei Nº 10.836/2004).

Criado no Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, o PBF foi convertido em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal Nº 10.836. O PBF é um programa de transferência de renda, sob condicionalidades no âmbito da saúde e educação, que “tem grande sucesso nos moldes atuais e é pelo menos tão eficaz para alcançar os mais pobres quanto outros programas internacionais do mesmo gênero” (BARROS *et al.*, 2010).

As principais contribuições realizadas pelo Bolsa Família no sistema brasileiro de proteção social encontram-se no que Bartholo *et al.* (2013) colocam, que decorrem de duas evoluções importantes, a primeira delas foi a unificação de diversos programas semelhantes de assistência social que já existiam no país e que operavam de forma independente. A segunda remete à aplicação de uma nova dimensão ao sistema de assistência que passa a atender a população em idade ativa que não era contemplada pelos programas anteriores, abrangendo, então, grupos que não possuíam cobertura da proteção social, especialmente as crianças.

O Programa unificou o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola (Lei nº 10.219/2001), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL) (Lei nº 10.689/2003), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa



Alimentação (MP 2.206-1/2001), do Programa Auxílio-Gás (Decreto nº 4.102/2002), e do Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877/2001).

O Bolsa Família pode ser encarado como uma iniciativa de contribuição para a satisfação de necessidades humanas básicas, o que tem papel central na construção da autonomia de famílias pobres, por conta da garantia de renda regular, acesso à saúde e ganho social por meio do cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Programa. Em vista disso, esse estudo analisa o impacto da transferência condicionada de renda para as famílias beneficiárias do Bolsa Família na cidade de Eirunepé, com o intuito de compreender as particularidades geradas pelo programa nas famílias.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente apresenta-se um panorama sobre o Programa Bolsa Família, em seguida foi realizada uma caracterização socioeconômica das famílias, com questões relacionadas às principais fontes de renda, despesas, atividades produtivas e rendimentos. Procurou-se também descrever a distribuição de famílias beneficiárias na cidade e, por fim, fazer uma análise do papel do Bolsa Família na vida das famílias a partir da percepção dos próprios beneficiários.

METODOLOGIA

A área de estudo dessa pesquisa foi a cidade de Eirunepé (Figura 1), no interior do Estado do Amazonas, Região Norte do país. Eirunepé pertencente à Microrregião de Juruá e Mesorregião do Sudoeste Amazonense, estando distante de Manaus, capital do estado, cerca de 1.160 km. No último censo do IBGE, em 2010, a população do município de Eirunepé era de 30.665 habitantes, sendo que 22.178 (72,32%) consideravam-se urbanos. O programa Bolsa Família foi implementado no município de Eirunepé em 2004. Em 2018 a cidade atendeu cerca de 5.249 famílias, o que corresponde a 135,5% da estimativa de famílias pobres no município, de acordo com a Secretária Municipal de Ação Social e Trabalho (SEMAST).

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Eirunepé (AM).



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Esse estudo utiliza a pesquisa descritiva com a análise dos dados realizada de forma qualitativa e quantitativa. As técnicas de levantamento dos dados utilizadas foram: levantamento bibliográfico, entrevistas abertas e fechadas apoiadas em roteiros e questionários semiestruturados.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para adquirir informações a partir de livros, artigos científicos, periódicos e materiais disponibilizados na internet. A análise quantitativa visou descrever os rendimentos e despesas das famílias e caracterizar o perfil socioeconômico daquelas atendidas pelo Programa. Realizamos também uma descrição da distribuição dos beneficiários do Bolsa Família por bairros na cidade de Eirunepé. A análise qualitativa objetivou descrever a importância do PBF, na percepção dos próprios beneficiários. Foram utilizadas fontes de dados do IBGE, MDS, Prefeitura Municipal de Eirunepé e dados de campo coletados nos domicílios da área urbana de Eirunepé em 2019.

Com as famílias beneficiárias foi utilizada a entrevista, com perguntas fechadas e abertas, para identificar a importância do benefício no orçamento familiar, as principais fontes de renda, as atividades produtivas das famílias e as formas como são aplicados os rendimentos dos domicílios.

No que diz respeito ao questionário com perguntas semiestruturadas, Kauark *et al.* (2010, p.58) apontam que “o questionário deve apresentar questões diretas e indiretas, fechadas e abertas, objetivas e subjetivas, que permitam respostas por alternativas a escolher e respostas descritivas”.



Fazem parte da amostra desse estudo famílias beneficiárias de todos os bairros da cidade (Nossa Senhora de Fátima, São José, Centro, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora de Aparecida e Santo Antônio). Foram entrevistadas 159 famílias beneficiárias e o recorte amostral correspondeu a um total de 5% de famílias atendidas pelo Programa em cada bairro, totalizando 159 questionários aplicados. Os dados quantitativos foram analisados através de técnicas de estatísticas descritivas e apresentados por meio de tabelas.

Utilizou-se a estatística descritiva para a elaboração e geração de resultados sobre os rendimentos e despesas. A escolha do uso de técnicas de estatística descritivas na primeira parte do trabalho deu-se pela possibilidade de tratar questões para uma população maior, por meio da análise de uma amostra de casos. Nesse sentido, Rogerson (2012) destaca que “A análise estatística se refere ao uso de determinados métodos que são aplicados para descrever e resumir as características da amostra”.

Com relação às falas dos entrevistados, presentes no estudo, é importante destacar que todos os nomes utilizados são fictícios. Tal estratégia se faz necessária para manter o anonimato das informações e para proteger a identidade dos entrevistados. Para as entrevistas, os pesquisadores sempre solicitavam a autorização dos entrevistados e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

UM PANORAMA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em se tratando de programas de transferência de renda do Governo Federal, desde os anos 1990 muitos programas desse tipo foram criados com o objetivo de mudar o cenário da pobreza e da fome no país. “Os programas de transferência direta de renda se tornaram eficazes no combate à pobreza e extrema pobreza nos estados brasileiros, proporcionando o acesso da população aos bens e serviços públicos que já lhe são de direitos” (FELICIO, 2014, p.14).

Desta forma, Arruda (2017, p.18) esclarece que é “importante entender os Programas de transferência de renda como uma política social, centrada na proteção social, como início de um programa que levaria os beneficiários a buscar sua emancipação”. Nessa perspectiva,



os programas de transferência de renda buscam alcançar famílias em casos de situação de risco, na tentativa de apontar para uma melhoria nas condições de vida em termos de acesso a serviços tanto de infraestrutura domiciliar quanto de escolaridade e saúde, pois são direitos sociais.

Nesse sentido, Bichir (2011, p.19) vem nos esclarecer que “os programas de transferência de renda tornaram-se o “carro-chefe” da rede de proteção social brasileira”. Ou seja, a partir do momento que o Governo cria mecanismos para consolidar e ampliar sua rede de proteção social, por meio de uma renda monetária, a família em situação de vulnerabilidade tem como possibilidade tanto a dinamização da sua economia, como também a ampliação do seu espaço e situação social.

Assim, entre esses programas do Governo Federal que distribuem renda condicionada para famílias em vulnerabilidade econômica, Ribeiro (2013) destaca um ponto de grande relevância e aponta o PBF como o “caso mais emblemático em vigor desde 2003, se configurando como uma política compensatória de transferência de renda, e uma política estruturante ao instituir certas condicionalidades relacionadas à saúde e educação aos seus beneficiários” (RIBEIRO, 2013, p.9).

É a partir dessa constatação em relação ao PBF que Arsky (2013) denomina o Programa como um marco na discussão da pobreza e como um dos temas centrais no sistema de proteção social no Brasil. Em seus 10 anos de existência o Programa está presente nos 5.569 municípios, nos 26 estados e no Distrito Federal.

A partir desse cenário, Soares, citado por Felício (2014), esclarece um ponto importante em relação ao PBF, segundo ele:

O PBF, como qualquer programa focalizado nos mais pobres, é um programa de assistência social, ou seja, é um serviço gratuito, de natureza diversa, prestado aos membros da comunidade social, atendendo as necessidades daqueles que não dispõem de recursos suficientes para sua sobrevivência. (SOARES *apud* FELICIO, 2014, p.11).

Sob esse viés, o PBF tem como objetivo amplo a erradicação da pobreza brasileira e, através do valor concedido a famílias de baixa renda, expandiu suas dimensões e conseguiu fornecer novas possibilidades de proteção social a essas famílias (Ministério do



Desenvolvimento Social, 2018). O Programa está sobre a gestão do MDS, o qual estabelece normas para a execução e avaliação do Programa em nível geral. O PBF se configura em escala nacional e internacional como um dos principais programas de combate à pobreza no mundo.

A respeito da gestão e transparência dos gastos ligados ao Programa, Monteiro *et al.* citado por Silva *et al.* (2015) afirmam que o “acompanhamento do PBF no país como o Brasil torna-se um desafio, haja vista a necessidade de uma estrutura burocrática mínima que integre a transparência de gastos públicos aos resultados socioeconômicos de sua implantação”. (MONTEIRO *apud* SILVA *et al.*, 2015, p.10).

Ainda de acordo com Silva *et al.* (2015, p.11) “é indiscutível que o PBF modificou, junto com outros fatores, a realidade das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza nos últimos anos”. No entanto, é fundamental para o alcance eficiente dos objetivos do Programa uma relação harmoniosa entre as três esferas do Poder Público, ou seja, entre a União, Estados e Municípios, já que todos gerenciam o Programa, de forma a amenizar as necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade.

Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa. Ou seja, as responsabilidades sobre o Programa são compartilhadas entre os entes e a atuação colaborativa é fundamental para o sucesso do PBF. Em relação aos municípios, as atividades exercidas por sua gestão são ainda mais estruturantes. Isso porque, embora os municípios tenham o apoio do Governo Federal e Estadual para gerenciar e implementar o PBF, é na esfera municipal que o Programa se concretiza, ou seja, chega às famílias mais vulneráveis.

Dessa forma, o PBF, como um programa “focalizado” na mudança de um cenário social, tendo como público-alvo as famílias pobres e extremantes pobres em todo o Brasil, as quais são comprometidas em certas condicionalidades, se tornou, ao longo dos anos, o programa social de maior abrangência no cenário nacional, por transferir renda diretamente para aquelas famílias em situação de vulnerabilidade (LIMA, 2011). A respeito desta forma de focalização do PBF, Ribeiro (2013) enfatiza que “esta focalização se restringe a apenas uma dimensão da pobreza, ou seja, a renda”. A qual ainda, segundo o autor, “essa restrição à renda tem sido alvo de muitas críticas na literatura especializada”. (RIBEIRO, 2013, p.11).

Nessa perspectiva, Senna *et al.*, citado por Ribeiro (2013), menciona que:



Programas focalizados como é o caso do PBF se deparam com a difícil tarefa de construir critérios e mecanismos de seleção dos grupos sociais que serão beneficiados. Não necessariamente esses critérios conseguirão abarcar toda a complexidade – ou pelo menos parte significativa dela – embutida nos problemas de ordem social. (SENNA *apud* RIBEIRO, 2013, p.12).

Ainda a respeito do foco do PBF, Filho (2010) destaca que o “PBF está bem focalizado, ou seja, efetivamente chega às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios da lei”. (FILHO, 2010, p.10). A partir desse contexto compreende-se que o PBF desempenha um papel relevante para aquelas famílias pobres, alcançando campos que ainda se mantinham como de desproteção, tanto no que se refere à renda, como ao acesso a serviços básicos de saúde e educação (JACCOUD, 2013). Assim, segundo Sposati citado por Arruda (2017), “quanto mais frágeis forem às condições da família, mais será necessário acionar mecanismos protetivos”. (SPOSATI *apud* ARRUDA, 2017, p.39).

Isso pode ser nítido em relação às famílias beneficiárias do PBF em Eirunepé, as quais, sem o benefício do Programa, estariam em condição de extrema pobreza, ou seja, ele atende uma significativa parcela da população que está em condições consideradas de risco. Uma política de assistência social como o PBF busca promover meios e condições para a emancipação dessas famílias e contribui de forma positiva para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

CARACTERIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS E DESPESAS DOS DOMICÍLIOS

Na caracterização do perfil socioeconômico das famílias que participam do Programa na cidade de Eirunepé foram analisadas as principais fontes de renda, despesas, aquisição de bens de patrimônio doméstico, atividades econômicas, rendimentos, gênero e a faixa etária. Por fim, foi realizada uma análise da importância desse benefício social na vida dessas famílias, a partir da percepção dos próprios entrevistados.

Sobre a caracterização da faixa etária dos entrevistados (tabela 1) são apresentados dados das famílias do domicílio distribuídos por idade em ordem crescente.



Tabela 1 - Faixa etária das famílias.

Faixa etária das famílias	Percentual %
1 a 10 anos	32,0
11 a 20 anos	33,6
21 a 30 anos	16,9
31 a 40 anos	7,8
41 a 50 anos	7,3
51 a 60 anos	2,4

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Sobre as faixas etárias das famílias entrevistadas elas estão compostas por 33% dentro do intervalo de idade entre 11 e 20 anos, 32% entre as idades de 1 a 10 anos, outros 16,9% na faixa de idade de 21 a 30 anos. As maiores concentrações de pessoas que compõem as famílias estão entre as idades de 1 a 30 anos, concentrando mais de 82,5% dos indivíduos. Já as faixas entre 31 e 60 anos correspondem a apenas 17,5% das pessoas que compõem as famílias entrevistadas.

Outro dado sobre a idade, analisado nesse estudo, trata da idade dos chefes das famílias. A maioria deles estão na faixa de idade de 19 a 29 anos, concentrando cerca de 50,9% das famílias entrevistadas. Enquanto 26,4% têm idade entre 30 e 39 anos, seguido de 17,6% que ocupam a faixa de idade de 40 a 49 anos. Por fim, 5% possuem idade de 50 anos em diante. Outro ponto que merece destaque são as famílias chefiadas por membros de até 30 anos de idade, o que indica famílias de desenvolvimento doméstico novo. Talvez esse fato também denote o alcance e o foco da aplicação do Programa no município.

Quanto a designação de gênero das pessoas que são registradas como beneficiários, 81,1% são do sexo feminino, e somente 18,9% são do sexo masculino. Isso certamente se deve ao fato de que o Programa dá preferência às mulheres para o recebimento do benefício. Esse cenário gera, segundo Felício (2014), “uma maior liberdade conquistada pelas mulheres através do Programa referente ao destino do benefício, isto é, de como será gasto” (FELICIO, 2014, p.25). Nessa mesma linha de raciocínio, Rego & Pinzani (2013) apontam que “a renda regular em dinheiro é um importante instrumento de autonomia individual e política para os beneficiários. Contudo, ainda continuam pobres e carentes de inúmeros direitos”. (REGO; PINZANI, 2013, p. 17).



O gasto médio mensal das famílias gira em torno de R\$ 1.251,1 e o gasto anual é de cerca de R\$ 15.013,2. Com relação à composição das despesas dos entrevistados, que corresponde aos itens que eles compreendem como sendo os principais gastos da família, os dados estão descritos na tabela 2:

Tabela 2 - Composição de gastos dos domicílios.

Despesas dos domicílios	Média Mensal	Média Anual	Composição percentual (%)
Energia elétrica	R\$50,9	R\$610,8	4,1
Água	R\$10,8	R\$129,6	0,9
Gás de Cozinha	R\$74,9	R\$898,8	6,0
Alimentação diária	R\$141,3	R\$1.695,6	11,3
Rancho	R\$239,0	R\$2.868,0	19,1
Aluguel	R\$20,0	R\$240,0	1,6
Remédios	R\$46,5	R\$558,0	3,7
Roupas/Calçados/Material escolar	R\$152,8	R\$1.833,6	12,2
Viagens	R\$71,0	R\$852,0	5,7
Farinha	R\$29,1	R\$349,2	2,3
Bens	R\$373,7	R\$4.484,4	29,9
Outros	R\$20,4	R\$244,8	1,6

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

As principais despesas dos domicílios estão representadas individualmente. Um dos principais itens que compõe essas despesas são os bens duráveis de patrimônio doméstico, sendo esse o gasto mais significativo, com uma média mensal de R\$ 373,7 e em torno de R\$ 4.484,4 anual. Assim, esse gasto representa 29,9% de todos os gastos. O rancho representou um gasto médio de R\$ 239,00 mensal e R\$ 2.868,00 anual, compondo cerca de 19,1% do total das despesas da casa.

Outro gasto importante foi com roupas/material escolar. A média mensal desses itens foi de R\$ 152,8 e R\$ 1.833,6 anual, percentual de 12,2%, seguido da alimentação diária, que incluem gastos com peixe, carne, frango, dentre outros, consumidos diariamente, representando um gasto mensal de R\$ 141,3 e R\$ 1.955,6 anual, tendo um percentual de 11,3%. Os entrevistados destacam esse gasto fora da composição do rancho porque o que é comprado para a alimentação diária é adquirido a partir de escolhas subjetivas em locais diferentes, ou seja, é feita, na maioria dos casos, diariamente e depende de alguns fatores que podem mudar ao longo do mês. Fatores como disponibilidade de peixe no mercado e os



preços entre produtos alimentícios locais e nos estabelecimentos comerciais determinam as escolhas nas compras do alimento diário.

Outros itens de destaque na composição de despesas dentro do domicílio foram o gás de cozinha com gasto mensal de R\$ 74,9 e R\$ 898,8 anual, percentual de 6%, seguido das viagens, que representou um gasto mensal de R\$ 71,0 e de R\$ 852,0 por ano, atingindo um percentual de 5,7%. Esse item se constitui como sendo gastos de viagens para tratamento de doença fora da cidade, entre o trecho Eirunepé/Manaus. Já a energia elétrica representou um gasto mensal de R\$ 50,9 e R\$ 610,8 anual, com percentual de 4,1%.

Os dados apontam que os menores gastos dos domicílios foram com remédios, com um gasto mensal de R\$ 46,5 e R\$ 558,0 anual, percentual de 3,7%, seguido da farinha, que correspondeu a um gasto mensal de R\$ 29,1 e R\$ 349,2 anual, percentual de 2,3%, outros itens estão descritos na tabela como gasto em construção, reformas, consultas médicas particulares e bebidas, com um gasto mensal de R\$ 20,4 e R\$ 244,7 por ano, percentual de 1,6%; o aluguel com um gasto mensal de R\$ 20,0 e R\$ 240,0 anual, com percentual de 1,6% e a água com gasto mensal R\$ 10,8 e R\$ 129,6 anual, percentual de 0,9%, que representam os gastos totais dos domicílios dos entrevistados.

Como já citado anteriormente, o gasto mais significativo dentro do domicílio é com aquisição de bens de patrimônio doméstico. Nesta análise apresentamos (tabela 3) a presença desses bens dentro do domicílio. São itens como cama, celular, televisão, geladeira, dentre outros.

Tabela 3 - Percentual de aquisição de patrimônio doméstico.

Patrimônio doméstico	Percentual %
Aparelho de som	1,5
Armário	1,5
Cama Box	12,3
Celular	15,4
Fogão a Gás	20,0
Geladeira	18,5
Motor de Rabeta	3,2
Guarda-Roupa	7,7
Sofá	9,2
Televisão	9,2
Ventilador	1,5



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Os dados mostram a presença dos bens de patrimônio doméstico que os domicílios adquiriram no ano de 2018. Podemos observar que o bem que se destaca como o mais significativo para o domicílio é o Fogão a Gás, representando 20% dos bens adquiridos para esse ano. Enquanto o segundo bem mais comprado pelo domicílio foi a geladeira, com 18,5%. Há também uma forte presença do item celular como um dos bens mais adquiridos pelos entrevistados, com 15,4%, seguido pela cama box com 12,3%. A televisão e o sofá foram adquiridos por 9,2% dos domicílios, o guarda-roupa por 7,7% e o motor de rabeta por 3,2%. Outros itens como aparelho de som, armário e ventilador foram adquiridos por 1, 5% das famílias

Quanto a forma de pagamento na aquisição dos bens de patrimônios domésticos identificamos que é feita por duas formas principais, à vista ou a prazo, e o destaque é para o pagamento a prazo, com 83,1%, seguido de 16,9% para pagamentos à vista. Talvez esse cenário esteja ligado às possibilidades de parcelamento dos bens, em virtude de possuírem o cartão de benefícios sociais. Por outro lado, também há casos em que os entrevistados podem comprar a prazo em estabelecimentos nos quais já existam relações de confiança entre o vendedor e o comprador.

Outra questão levantada por este estudo foi sobre as principais fontes de renda dos entrevistados. Os itens que compõem essas fontes estão descritos na tabela 4:

Tabela 4 - Principal fonte de renda declarada.

Principal fonte de renda declarada	Percentual %
Bolsa Família	3,8
Agricultura	17
Aposentadoria	2,5
Trabalhador Autônomo	27
Diárias	12,6
Trabalho Remunerado	17,6
Pensão/BPC	11,9
Pesca	7,5

Fonte: elaborado pelos autores (2019).



De acordo com os entrevistados, o trabalho autônomo foi declarado por 27,% dos domicílios como a principal fonte de renda. Neste item o trabalho autônomo é aquele que exerce alguma atividade profissional sem vínculo empregatício. Já a agricultura e o trabalho remunerado aparecem com 17% como a principal fonte de renda. Enquanto as diárias foram declaradas em 12,6% dos domicílios como principal fonte de renda e o item pensão/BPC com apenas 7,5%. Outras fontes de renda como pesca (7,5%), Bolsa Família (3,8%), aposentadoria (2,5%) foram declaradas pelos entrevistados como sendo geradores de receita para os domicílios e como as principais fontes de renda deles.

Quanto aos rendimentos dos domicílios analisados, a renda média mensal gira em torno de R\$ 1.427,0, enquanto o rendimento médio anual correspondeu a R\$ 17.124,0. Podemos identificar rendimentos provenientes de benefícios sociais, rendimentos resultantes das atividades produtivas dos domicílios (agricultura, pesca, extrativismo e criação), rendimentos de diárias, trabalho remunerado e outras fontes. Com relação a composição de rendimentos por fonte de ingresso temos, na tabela 5, uma descrição detalhada das principais fontes de renda dos domicílios.

Tabela 5 - Rendimento médio por fonte de renda e composição percentual.

Fontes de renda	Rendimento Médio Mensal	Rendimento Médio Anual	Composição %
Pesca	R\$ 114,00	R\$ 1.368,00	8
Trabalho Remunerado	R\$ 168,00	R\$ 2.016,00	11,8
Diárias	R\$ 95,00	R\$ 1.140,00	6,7
Bolsa Família	R\$ 273,00	R\$ 3.276,00	19,1
Aposentadorias	R\$ 26,00	R\$ 312,00	1,8
Pensão/BPC	R\$ 131,00	R\$ 1.572,00	9,2
Outro	R\$ 259,00	R\$ 3.108,00	18,1
Seguro Defeso	R\$ 88,00	R\$ 1.056,00	6,2
Agricultura	R\$ 247,00	R\$ 2.964,00	17,3
Extrativismo (Açaí)	R\$ 15,00	R\$ 180,00	1,1
Criação	R\$ 11,00	R\$ 132,00	0,7

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Nota-se que o Bolsa Família tem destaque entre os rendimentos por fonte de ingresso. A renda média mensal desta fonte é de R\$ 273,0 e R\$ 3.276,0 anual, representando 19,1% na composição de toda renda dos domicílios. Outra fonte de renda que tem destaque são os



ingressos provenientes do trabalho autônomo, com média mensal de R\$ 259,0 e R\$ 3.108,0 anual, correspondendo a 18,1% da renda das famílias. A agricultura rende aos domicílios uma média mensal de R\$ 247,00 e R\$ 2.964,00 anual, somando 17,3% de todos os rendimentos.

Entre os demais rendimentos com destaque para a composição de renda dos domicílios estão a pensão/BPC, com rendimento mensal de R\$ 131,0 e R\$ 1.572,0 anual, sendo 9,2% do total da renda. A atividade de pesca rende em torno de R\$ 114,0 ao mês e R\$ 1.368,0 ao ano e corresponde a 8% dos rendimentos, as diárias contribuem para a renda dos domicílios com R\$ 95,0 ao mês e com R\$ 1.140,0 no ano, o que representa 6,7% dos ingressos monetários.

O seguro defeso rendeu uma média mensal de R\$ 88,0 e R\$ 1.056,0 anual, com um percentual de 6,2% e as aposentadorias com rendimento mensal de R\$ 26,0 e R\$ 312,0 anual, percentual de 1,8%. Já as atividades extrativas representam rendimentos médios mensal aos domicílios de R\$ 15,0 e anual de R\$ 180,0, com percentual de 1,1%, seguido da criação, que somou um rendimento mensal de R\$ 11,0 e R\$ 132,0 anual, percentual de 0,7%.

Os benefícios sociais desempenham um papel fundamental na composição de renda dos domicílios. Em uma análise agregada dos rendimentos dos benefícios Bolsa Família, Aposentadoria, Pensões e Seguro Defeso, eles comporiam 36,3% da renda dos domicílios que fazem parte desse estudo. Isso pode indicar, especialmente do ponto de vista econômico, a garantia de uma renda para as necessidades básicas dos domicílios que estariam sem esses ingressos monetários, dentro da linha da pobreza e pobreza extrema, definida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO BOLSA FAMÍLIA EM EIRUNEPÉ (AM)

Nesta análise realizamos uma descrição da distribuição espacial do PBF na cidade, tentando apresentar como se constrói o território diante da implementação do Programa de transferência condicionada de renda e como o Programa está territorializado nos bairros da cidade de Eirunepé (AM).

O território revela relações marcadas pelo poder e originárias da apropriação e da criação de “limites”, seja por meio das dimensões políticas (Estado), seja como apropriação



econômica ou cultural, a partir da atuação dos diversos sujeitos envolvidos. Podemos assim dizer que o território é uma construção social, é nele que se consolidam os interesses e as disputas de classe (RAFFESTIN, 1993).

A esse respeito, Costa (2005) aponta que o território, em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Ainda segundo este autor, os processos que dão origem ao território “vão além de uma dimensão estritamente política”, eles estão relacionados, ainda, às relações econômicas e culturais, uma vez que estão intimamente ligados ao modo como agentes/sujeitos, sejam indivíduos, grupos sociais, o Estado ou instituições, estabelecem suas relações, como estes se organizam no espaço e como dão significado a ele.

Nesta concepção buscamos entender como se constitui o território do Bolsa Família em Eirunepé, objetivando descrever como as ações, por meio das políticas de assistência a famílias pobres, e extremamente pobres, possibilitam novas configurações entre os agentes que planejam tais políticas, e os sujeitos que as recebem, e como as relações geradas nesse processo constroem o território do Bolsa Família.

O território, categoria de análise da geografia, se forma, nas palavras de Raffestin (1993, p. 143), “a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “têrritorializa” o espaço”. Destaca ainda que “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que j os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A respeito do território, em sua concepção política, nas palavras de Gottmann (2012, p. 523-524), podemos defini-lo como “uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo”. Enquanto Rogério Haesbaert apresenta uma vertente simbólica ou simbólica-cultural que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Dentro dessas duas perspectivas do



conceito de território buscamos estabelecer um entendimento sobre como ocorre a territorialização do Bolsa Família no município.

A territorialização do Bolsa Família neste estudo segue as mesmas dimensões da análise feita por Deak (2018) em que trata o Programa e sua integração como “uma rede mais ampla da proteção social, articulando como o programa opera no dia-a-dia dos seus beneficiários, ou seja, como este se insere em seus territórios de vivência, e de sua trajetória de bens e serviços que ele permite acessar”. Neste sentido, é necessário conhecer a realidade do território em que vivem essas famílias beneficiárias do Bolsa Família, bem como de que maneira elas se encontram em vulnerabilidade econômica, suas potencialidades, fragilidades, riscos sociais, culturas, histórias de vida e relações sociais. (STECHEI, 2013 p. 172).

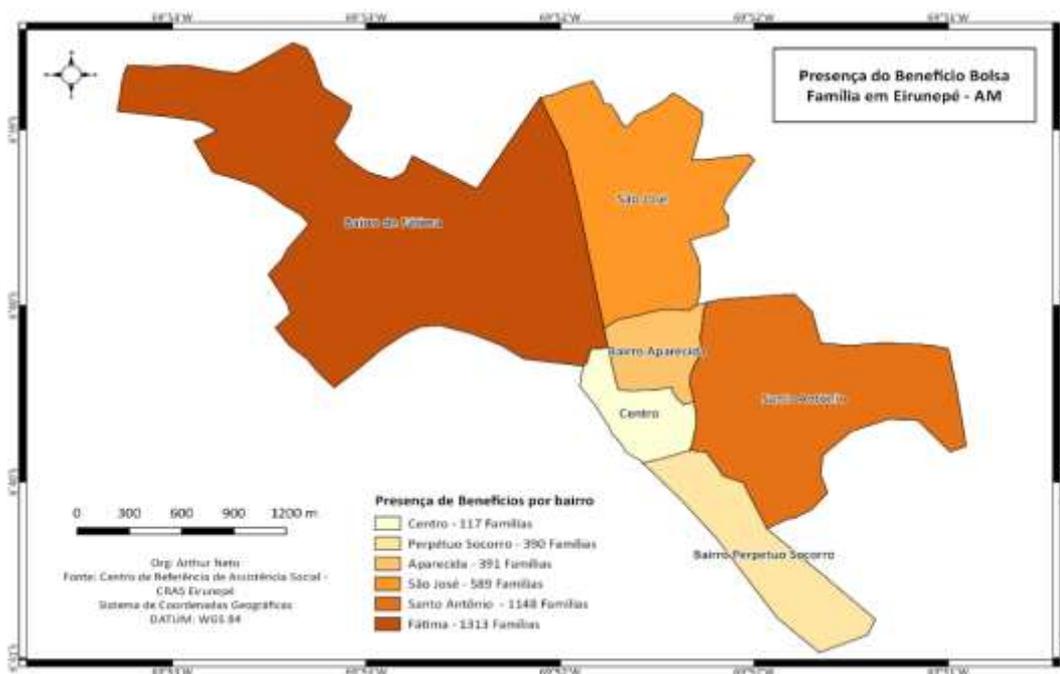
Partindo desse entendimento acerca da categoria do território e do território do PBF relacionamos nossa discussão a partir da distribuição espacial do Programa na cidade, contextos sociais e econômicos em que as famílias estão inseridas, e que estas criam suas próprias vivências e características diferenciadas.

O acesso ao benefício em contexto amplo está associado ao cumprimento de condicionalidades e contexto social e econômico. Recebem o benefício famílias extremamente pobres, com renda *per capita* de R\$ 89,00 e famílias pobres, com renda *per capita* de R\$ 178,00, de acordo com o Decreto nº 6. 197/2009. Seu principal objetivo é contribuir para erradicar a fome, a pobreza e a extrema pobreza no país, conforme destacado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018).

As condicionalidades requeridas pelo Bolsa Família para garantia de acesso a renda são: na área da saúde é o acompanhamento, duas vezes por ano, da vacinação, do peso e altura das crianças com menos de 7 anos. Além de acompanhar o pré-natal das gestantes. Na educação, busca garantir que as crianças e os adolescentes em situação de pobreza estejam matriculados e frequentando a escola. Adolescentes entre 6 e 15 anos devem ter no mínimo 85% de frequência escolar mensal, enquanto os jovens de 16 e 17 anos devem ter 75%. Na assistência social, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e famílias em risco de vulnerabilidade devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Assim, nosso estudo procurou classificar as famílias contempladas pelo PBF através dos bairros da cidade, bem como levantar o número de famílias que cada bairro comporta. Para ilustrar essa distribuição das famílias beneficiárias foi elaborado um mapa temático da cidade, no qual contém a divisão dos bairros e os limites de cada um, representados com seus respectivos nomes e cores diferenciadas, contendo assim a classificação delas. É importante ressaltarmos que esse estudo foi realizado apenas com famílias beneficiárias que se localizam na zona urbana da cidade. A figura 2 apresenta a distribuição dessas famílias na cidade de Eirunepé.

Figura 2 - Distribuição do Bolsa Família em Eirunepé – AM



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Como já citado anteriormente, a distribuição das famílias beneficiárias do PBF na cidade de Eirunepé foi aqui classificada por bairros e, como podemos notar na figura acima, o bairro que apresenta o maior número de famílias beneficiárias é o Nossa Senhora de Fátima, com 1.313 famílias. Talvez isso esteja relacionado ao fato desse bairro ser o que concentra a maior densidade populacional da cidade, com aproximadamente 8.674 moradores. O bairro Santo Antônio possui 1.148 famílias atendidas pelo Programa e a população estimada deste



bairro é de 4.574 moradores. Já o bairro São José aparece com apenas 589 famílias beneficiárias e uma população de 1.920 moradores. O bairro Nossa Senhora Aparecida com 391 famílias beneficiárias e uma população de 2.376 moradores; o Nossa Senhora do Perpétuo Socorro com 390 famílias beneficiárias e um número populacional de 3.370 moradores e o Centro com 117 famílias beneficiárias e uma população de 1.246 moradores aparecem como sendo os bairros com menores números de famílias contempladas pelo PBF em Eirunepé.

Vale ressaltar que os dados populacionais de cada bairro apresentado são do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2010, na cidade de Eirunepé, e os dados de famílias atendidas foram levantados junto ao Centro de Referência e Assistência Social - CRAS. O total de famílias atendidas na zona urbana de Eirunepé pelo PBF é de aproximadamente 3.948. É importante salientar que esse número não é fixo, pois ele é constantemente atualizado no período de dois meses pelo MDS, órgão responsável por gerenciar o PBF.

Outro dado que merece destaque é o percentual de atendimento do Programa em relação a quantidade de famílias presentes nos bairros, conforme a tabela 6. É preciso lembrar que estes dados não são referentes ao percentual de atendimentos de famílias pobres e extremamente pobres de cada bairro, uma vez que não há dados sobre a quantidade de famílias nessas condições por bairro ou em todo o município. Logo, o índice de atendimento foi calculado levando-se em consideração as famílias beneficiárias e a quantidade de famílias no bairro.

Tabela 6 - Percentual de famílias atendidas

Bairros de Eirunepé	Percentual de famílias atendidas %
Centro	12,6
Nossa Senhora de Fátima	16,1
Nossa Senhora Perpétuo Socorro	13,1
Nossa Senhora Aparecida	14,2
São José	14,6
Santo Antônio	17,4

Fonte: elaboração própria (2019).

Assim, podemos observar que 17,4% das famílias residentes no bairro Santo Antônio são atendidas pelo Programa. No bairro Nossa Senhora de Fátima 16,1% do total de famílias



fazem parte dos beneficiários do Programa. Enquanto no bairro São José, 14,6% das famílias residentes é contemplada pelo Bolsa Família. Já no bairro Nossa Senhora Aparecida, 14,2% das famílias residentes estão entre os beneficiários do bolsa família em Eirunepé. No bairro Perpétuo Socorro, 13,1% das famílias residentes são atendidas pelo Programa e 12,6% das famílias residentes no Centro são beneficiárias.

No que se refere ao atendimento do total de famílias de Eirunepé, o Programa atende cerca de 15% das famílias da cidade. Porém esse dado não reflete diretamente o atendimento das famílias que se encaixam nas condicionalidades do Programa, uma vez que consideram as famílias atendidas em relação a quantidade total de famílias de cada bairro. No entanto, segundo dados do relatório de gestão municipal do Programa para o ano de 2018, considerando aquelas famílias pobres e extremamente pobres, o município atingiu a meta de 5.249 famílias contempladas pelo Programa, com uma cobertura de 135,5% da estimativa de famílias que se encaixam nas condicionalidades.

O PAPEL DO BENEFÍCIO PARA AS FAMÍLIAS

As análises apresentadas nesse quesito correspondem aos dados coletados por meio de entrevistas abertas com as famílias beneficiárias, o que nos levou a compreender que o PBF representa para as famílias usuárias um programa de suma importância para sua economia, principalmente no poder de compra e talvez na garantia de renda que pode refletir sobre o cenário da aquisição de bens, por exemplo. Ainda houve uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias atendidas pelo Programa, bem como maior segurança alimentar e a garantia de uma renda regular, além da permanência das crianças na escola e até a redução do trabalho infantil.

Quando perguntadas sobre a importância do PBF, as famílias declararam que ele auxilia de várias maneiras, principalmente em relação às crianças que frequentam a escola, conforme destacado pelo depoimento de uma das nossas entrevistadas:

O programa bolsa família é importante né, e ele veio para nos auxiliar de várias formas né, como nos ajudar tanto nos custos básicos da nossa criança que estar em sala de aula, como na compra do material escolar, para nos ajudar também no calçado na roupa. Sem contar que é uma renda a mais que vem nos ajudar a família "como, por exemplo," é... não só como uma renda, que vem acrescentar mais, que



vem ajudar de certa forma para a criança não estar na rua vendendo, trabalhando mais sim que venha pra nós mães termos consciência que esse dinheiro é pra ajudar para nosso filho a comprar seus materiais para auxiliar ele em sala de aula. (ANDRADE, 2019).

Outro fator destacado durante as entrevistas refere-se aos possíveis pontos negativos e positivos do benefício. As famílias destacam sempre algo positivo, principalmente por possibilitar renda regular e uma vida melhor para elas. A esse respeito outra entrevistada argumenta que:

Para mim, o bolsa família só tem pontos positivos ..., principalmente para os que moravam na zona rural, eles hoje têm uma oportunidade de, com esse dinheiro poder se manter na cidade, colocar os filhos para estudar e assim dar uma oportunidade de uma vida melhor para o filho né. E para quem já mora aqui, como no meu caso né, que muitas vezes não tinha nem o que comer ele foi uma forma, ele é uma forma de me manter e manter minha família, pagar um aluguel dar uma roupa melhorzinha para o filho, comprar material escolar e manter um alimento na mesa, por que sei que todo mês vai ter esse dinheirinho que posso contar sempre. Então é uma benção para mim esse programa. (BARROSO, 2109).

Ao mesmo tempo, na fala acima, é possível perceber que o Programa, ao garantir uma renda regular, permite ainda, no caso desta entrevistada, a possibilidade de moradia por meio do aluguel, bem como acesso a crédito para compra de roupa, material escolar e alimentos. Ressaltamos que, em algumas entrevistas realizadas, os beneficiários entendem que o papel do Programa é realmente permitir o acesso a uma renda regular para aqueles que necessitam e que ela serve como um auxílio para manter aqueles itens mais básicos e essenciais do dia a dia.

Quando indagamos às famílias entrevistadas sobre o que elas acreditam que pode mudar no Programa percebemos que todas declararam que a forma de fiscalização do Programa é algo que as deixa insatisfeitas, pois segundo elas existem pessoas recebendo o benefício indevidamente, tirando de quem realmente precisa dessa renda. Sobre isso outra entrevistada aponta que:

Mudança é que todos esperamos né. Mudaria a forma da distribuição desse dinheiro, por que é um programa que deveria ter mais fiscalização, principalmente nos municípios, onde parece que a lei não tem valor aqui, e isso deixa muitas famílias sem poder fazer seu cadastro do bolsa família. Quero dizer que tem pessoa que recebe o bolsa, mais ela não precisa dele, até professor recebe, gente que deveria ter consciência que esse dinheirinho é para gente, família que realmente precisa né.



Eu me pergunto como isso pode acontecer? Por isso mudaria essa fiscalização. (FERREIRA, 2019).

Talvez esse problema ocorra porque não existe nenhuma fiscalização mais rígida em relação ao cumprimento das exigências para garantir o recebimento dos benefícios. A única fiscalização existente é por meio do Sistema de Cadastro Único do Governo federal, com a atualização da renda do beneficiário. Essa atualização é feita todo ano para garantir a efetividade na implementação do Programa, visando assegurar que o benefício seja fornecido às famílias que dele necessitam. Essa fiscalização através da atualização cadastral consegue verificar se há alguma informação falsa ou omissão no cadastro feito no Programa, com base no cruzamento de dados do CadÚnico e outras bases de dados do Governo Federal.

Outro ponto que buscamos entender durante as entrevistas foi sobre a forma como se usa o rendimento do benefício, ou seja, os principais itens que essas famílias compram com o benefício que recebem. Assim, foi possível identificar que o dinheiro é empregado principalmente para o investimento direcionado aos filhos, seja na compra do material escolar, alimentação, remédios e vestuário, como também uma parte é usada no pagamento de dívidas no comércio, como destaca o relato dessa entrevistada:

Compro alimentação e o material escolar do meu filho, que é a coisa principal né, principalmente quando você tem filho que estuda. Compro também roupinha, calçado para ele. Paga uma conta na lojinha que pego as coisas fiado lá né, remédio, às vezes a criança adoece e precisa tomar remédio. É... faço de tudo um pouco com esse dinheiro que recebo do bolsa família né, por que nós, mães sabemos que é melhor para o nosso filho e o que ele necessita, e esse dinheirinho serve justamente pra isso né. Agradeço muito a Deus por esse dinheiro. (MONTEIRO, 2019).

Para além da possibilidade de garantir itens para seus filhos, podemos perceber que o benefício ainda garante a compra de outros itens como alimentação, remédios e vestimentas. Ao mesmo tempo é possível observar também nas falas das entrevistadas a forma de gerir os rendimentos monetários do Programa e como ele é utilizado para garantir o crédito nos estabelecimentos comerciais. Isso pode ser evidenciado na questão do uso do cartão como comprovação de crédito nos comércios locais para a aquisição de bens duráveis como fogão, televisão, geladeira, entre outros.

Por fim, tentamos compreender qual a principal contribuição do PBF para as famílias usuárias. A esse respeito outra entrevistada argumenta que:



Para minha família hoje, o bolsa família está contribuindo com 50% da renda né, que minha família ganha ao mês, então hoje ele é fundamental para nossa sustentação. Ele também trás uma segurança financeira né, e principalmente quando você compra fiado. Sem falar que ele ajuda manter o filho na escola, para que ele não precise trabalhar na rua né. Tem também a pesagem, a vacina que são a parte da saúde né. Então o bolsa família tem contribuição bastante significativa né. (SOUZA, 2019).

Neste sentido, o que se percebe é que o Programa garante uma segurança financeira, bem como uma renda regular fazendo com que o beneficiário tenha uma melhoria de vida tanto no aspecto do direito a uma alimentação digna como no acesso a saúde e educação. Assim, as medidas exigidas pelo Programa para a manutenção do benefício como a frequência escolar e o acompanhamento da saúde refletem não somente uma obrigatoriedade, mas sim um mecanismo eficaz para que a família mantenha suas necessidades básicas assistidas.

Dessa forma, o Programa vai muito além da mera distribuição de renda. O Bolsa Família, a partir dos dados apontados nesse estudo, funciona como elemento que permite às famílias pobres e extremamente pobres acesso a condições básicas de saúde e educação. Mesmo que nos dados quantitativos os valores dos benefícios sejam aparentemente baixos em relação à renda das famílias, em uma análise mais próxima, por meio das entrevistas qualitativas, podemos perceber que o benefício tem papel fundamental dentro do domicílio. Assim, podemos perceber, através dos relatos das famílias entrevistadas, que o impacto do PBF é, de fato, positivo, pois tem sido um Programa de grande alcance para aquelas famílias mais vulneráveis, trazendo segurança financeira para que elas possam se manter e custear suas necessidades básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados no decorrer desse estudo foi possível compreender as particularidades dessas famílias a partir das suas reais condições de vida e o papel do Bolsa Família para esses domicílios. Observamos que, diante do cenário descrito nesse trabalho, essas famílias possuem particularidades próprias e que algumas têm sua economia baseada apenas em recursos oriundos de benefícios sociais. Em casos mais específicos, esses benefícios são a garantia de uma renda regular e de segurança alimentar,



fato esse que reflete diretamente para que o PBF seja um programa de destaque quanto ao auxílio no combate à pobreza e na distribuição de renda para famílias em situação de vulnerabilidade.

Observou-se ainda que a responsabilidade do cartão do benefício é, na maioria dos casos, das mulheres. Cabe ainda destacar que de forma direta a renda das famílias é baseada tanto nos benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadorias, pensão/BPC, seguro defeso e outros, como no trabalho remunerado, autônomo, agricultura, pesca e diárias, sendo que essas contribuem de forma direta na economia dessas famílias. Isso é notório quando analisados os dados sobre o emprego/uso desses rendimentos que são, na maioria das vezes, destinados aos itens provenientes do mercado.

Foi observado também que o Programa exerce um papel importante para as famílias, pois contribuiu de forma positiva para a melhoria de suas vidas. Cabe ainda destacar que o valor monetário do PBF é empregado principalmente para o sustento dos filhos, na compra de material escolar, alimentação, roupa e remédios, mas que também é utilizado para o comércio, aquisição de bens, entre outros.

Desse modo, os resultados apontam para um impacto positivo do Programa para as famílias beneficiárias, bem como para a economia local da cidade por meio do poder de compra através do benefício, fazendo com que os comerciantes locais negociem a prazo através do cartão de benefício, como garantia de pagamento. Nessa perspectiva, o PBF pode ser considerado um elemento propiciador do desenvolvimento socioeconômico não apenas para o beneficiado, como também para o espaço em que ele se encontra inserido (LIMA; FERREIRA, 2011).

Neste cenário, o estudo analisou o papel do Bolsa Família como um recurso oriundo de benefício social que se apresenta como uma contribuição significativa para a manutenção e ampliação da renda regular dessas famílias e ao mesmo tempo na garantia de uma segurança social e econômica delas.



REFERÊNCIAS

ARRUDA, P. A. **Programa Bolsa Família sob o olhar dos beneficiários de um município do Interior de São Paulo**. Campinas, SP: [s.n], 2017.

ARSKY, D. S. **A integração do Programa Bolsa Família e da Assistência Social – um olhar sobre a gestão municipal do Programa**. ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. Especialização em Gestão Pública. 8ª Edição. Brasília, 2013.

BARROS, R. P. de *et al.* A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada. In: ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. **BOLSA FAMÍLIA 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

BARTHOLO, L; PAIVA, H. L; FALCÃO, T. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T; NERI, M. C. (Org.). **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

BICHIR, R. M.. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família**. Brasília, 2018. Decreto nº 6917, de 30 de julho de 2009. Altera os arts. 18, 19 e 28 do decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa bolsa família. Brasília, Df, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6917.htm. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de Jan./2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos - Casa Civil.

COSTA, R. H. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo**.

DEAK, M. S. **O Bolsa Família no cotidiano: conexões e desconexões em um território vulnerável**/Mariel Deak – 2018. 165 f.

FELICIO, J. D'arc de L. **Impactos socioeconômicos do programa bolsa família no município de Dona Inês – PB**. TCC, Universidades Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

FILHO, W. S. **Assistência Social Legislação e Programas Sociais do Governo Federal**. Consultoria Legislativa, 2010.

GOTTMANN, J. Evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2010). População Eirunepé em 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/eirunepe/panorama> Acesso em: 21 de jun. de 2019.



JACCOUD, L. Programa bolsa família: proteção social à pobreza no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 64, n.3, p. 291-307, jul/set, 2013.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C., H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, F. E. de S.; FERREIRA, L. da S. Análise do programa bolsa família no contexto socioeconômico do município de Riacho de Santana- RN. **GEOTEMAS**, Pau dos ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 2, jul/dez, 2011.

MDS, 2018. Ministério do Desenvolvimento social – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único. (Relatório gerado em 12/05/2018). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html> . Acesso em: 10 de jun. de 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Àtica, 1993.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RIBEIRO, S. C. **Políticas sociais e o programa bolsa família**: uma abordagem teórica à luz da pobreza multidimensional. 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana-economia> Acesso em: 21 de jun. de 2019.

ROGERSON, P. A. **Métodos estatísticos para geografia**: um guia para o estudante. Tradução técnica: Paulo Fernando Brag, José Irineu Rangel Rigotti. – 3. Ed. – Porto Alegre: Bookman Editora, 2012.

SILVA, G. J. A; JULIÃO, S. K; SILVA da A. L. L. **O programa bolsa família e as dimensões conceituais de política pública**: uma revisão de literatura. São Luís/Maranhão, Brasil, 2015.

STECHI, T. de O. O programa Bolsa Família a partir do território. O trabalho social com as famílias beneficiárias. **Serv. Soc. Ver**, Londrina, v.16, N.1, jul./dez, 2103.

Arthur Neto Pinheiro da Silva – Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Alex Almeida Coelho - Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2009), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2012). Aluno de doutorado no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia PPGG/ da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Membro dos grupos de pesquisa "Organização Social e Manejo Participativo na Amazônia" e "Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH" do departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Recebido para publicação em 04 de maio de 2021.

Aceito para publicação em 13 de maio de 2021.

Publicado em 26 de maio de 2021.